

PORTUGAL E TIMOR-LESTE: OS ANOS CRÍTICOS DE 1960 A 1999¹

*António Barbedo de Magalhães**

1. Um nacionalismo estreito, falho de visão, irrealista e surdo ao bom senso fez com que a seguir à Segunda Guerra Mundial Portugal continuasse a ser governado por um regime não democrático e fechado a qualquer possibilidade de autodeterminação das suas colónias, apesar das pressões externas e internas para a mudança.

Quando a Segunda Grande Guerra terminou, muitos esperavam que o regime do Estado Novo caísse. Mas, nos últimos anos da guerra, Salazar foi muito astuto nas negociações que fez com os britânicos, por um lado, e com os americanos, por outro, relativamente ao uso das ilhas dos Açores. Foram longos e difíceis os caminhos que conduziram aos acordos, com o Reino Unido, em 17 de agosto de 1943 relativo à construção e utilização, pelos britânicos, da base aérea das Lajes, na Ilha Terceira e com os Estados Unidos, em 28 de novembro de 1944, para a construção de outra base aérea na Ilha de Santa Maria (RODRIGUES, 2002, pp. 15-20).

Essas bases militares eram fundamentais para a vitória dos Aliados na Guerra Mundial iniciada em 1939, porque permitiam colmatar um longo espaço marítimo entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em que os comboios de navios de transporte de apoio americano

* Professor Emérito da Universidade do Porto na FEUP.

¹ Nota prévia: este capítulo foi escrito com base no livro em três volumes de A. Barbedo de Magalhães, com colaborações especiais de Liem Soei Liong e David Scott, publicado em Novembro de 2007 por Edições Afrontamento ISBN: 978-972-36-0935-6. O autor agradece a autorização concedida pelo Editor para poder utilizar neste texto alguns parágrafos inteiros de capítulos dos volumes I e II desta obra (que se encontra esgotada).

ao esforço de guerra britânico e aliado não tinham proteção aérea, por insuficiência do raio de ação dos bombardeiros provenientes das bases aéreas americanas ou inglesas e por isso eram facilmente afundados pelos submarinos alemães.

Só ao fim de longas e duras negociações e de ter obtido garantias relativamente à preservação de todas as colónias portuguesas, incluindo o Timor Português, sobre o qual a Austrália queria assumir o controlo depois da guerra, é que esses acordos foram assinados.

Foi graças a esses compromissos mútuos entre Salazar e os Aliados que o regime retrógrado e antidemocrático de Salazar pôde continuar a governar Portugal, contra o desejo dos principais vencedores da guerra, Estados Unidos e União Soviética.

Embora os movimentos independentistas tenham começado, a nível mundial, imediatamente após o fim da Segunda Grande Guerra, com a declaração indonésia de independência apenas dois dias depois da rendição japonesa, a maior parte das colónias europeias tornou-se independente entre 1956 e 1968. O ano de 1960 foi o ano em que o maior número de colónias se tornou independente. Só em África nasceram 17 novos estados nesse ano (Vallaud, 1996, p. 106) (Trager, 1994, p. 973). A entrada desses estados nas Nações Unidas fez alterar a relação de forças na ONU a favor da independência de todas as colónias europeias.

Tendo em conta esta tendência, em janeiro de 1960, o National Security Council sugeriu às autoridades americanas que convencessem o governo português de que a longo prazo uma política colonial mais aberta seria benéfica para todos, Portugal incluído.

Em maio desse mesmo ano, o Presidente Eisenhower visitou Portugal mas não conseguiu convencer Salazar a mudar. (Rodrigues, 2002, pp. 30-31).

Nessa altura, a URSS decidiu empenhar-se em pôr termo ao colonialismo português.

Em 14 e 15 de dezembro de 1960 as Nações Unidas aprovaram três importantes resoluções para acabar com o colonialismo e, a partir daí, Portugal começou a ser sistematicamente criticado e condenado na ONU pela sua política colonial.

O Presidente Kennedy, dos EUA, que tomou posse em 20 de janeiro de 1961, temendo que as colónias portuguesas se transformassem em «satélites» da União Soviética, continuou a política de Eisenhower de

tentar convencer Salazar de que seria melhor, para todos, flexibilizar a sua política colonial. Não o tendo conseguido, apoiou um golpe de estado liderado pelo Ministro da Defesa, General Botelho Moniz e pela grande maioria dos generais em funções de chefia, em 13 de abril de 1961. Com a sua habitual manha, Salazar conseguiu fazê-lo abortar. Se resultasse, Portugal comprometer-se-ia a abrir caminho a uma progressiva autonomia das colónias de modo a poderem vir a converter-se em sociedades multirraciais autónomas, ligadas a Portugal por relações do tipo «commonwealth» e a preparar a independência das suas Colónias dentro de 10 anos. Os Estados Unidos da América comprometiam-se a dar apoio a essas políticas e ajudas financeiras para as concretizar. Seriam reabertas as trocas comerciais entretanto interrompidas com Portugal desde a posse do Presidente Kennedy.

Entretanto, o receio da Austrália e de outras potências ocidentais de que Timor-Português se transformasse numa nova Cuba quando Portugal perdesse o controlo da colónia, levou o Governo Australiano a pressionar Salazar para que cooperasse com as Nações Unidas. Com essa preocupação em mente, o Primeiro-Ministro australiano, R. G. Menzies, escreveu a Salazar várias vezes, entre 1961 e 1964. Mas também não teve sucesso.

A partir de 1963 os EUA, o Reino Unido e a Nova Zelândia manifestaram, então, o seu acordo à política australiana favorável à incorporação de Timor Português na Indonésia quando Portugal, voluntária ou involuntariamente, abandonasse a política colonial do Estado Novo. Esse acordo manteve-se secreto até ao início deste século, só se tornando parcialmente acessível a investigadores muito motivados como Moisés Fernandes que, em meados da 1ª década do século XXI o tornou público.

Internamente o ano de 1965 é marcado pelas tomadas de posição públicas contra a política colonial de Salazar, quer por parte da Oposição Democrática quer dos chamados Católicos Progressistas. Com efeito, em 14 de outubro de 1965, os candidatos da Oposição Democrática às eleições para a Assembleia Nacional criticaram a política colonial da ditadura de Salazar. Foi a primeira vez que a Oposição Democrática teve a coragem de defender, publicamente, a autodeterminação das colónias portuguesas como a via para a solução do problema colonial. Para a oposição, essa autodeterminação deveria ser alcançada através de processos democráticos.

Alguns dias depois, os principais jornais portugueses publicaram um segundo documento, subscrito por 101 católicos portugueses, que felicitavam a Oposição Democrática pela sua coragem e postura moral. Eles criticavam também a imoral guerra sem sentido conduzida por Portugal nas suas principais colónias africanas.

De acordo com os subscritores, entre os quais Barbedo Magalhães, o autor deste texto, se incluía, esta guerra, se não se perdesse, também não se ganharia. Baseados na Doutrina Social da Igreja, os subscritores consideravam que as guerras que o regime conduzia nas colónias eram imorais, porque não tinham em conta as legítimas aspirações dos respetivos povos, nem respeitavam a sua dignidade e os seus direitos fundamentais. De facto, às populações locais era-lhes negado, como em Portugal, a livre expressão dos seus pontos de vista e a procura de uma maneira pacífica de alcançar uma vida melhor, mais livre e digna para o futuro.

As 101 pessoas que subscreveram este último documento também afirmavam que a política colonial da ditadura portuguesa era irrealista, não tinha em conta os ‘ventos da história’ e, consequentemente, conduziria a um resultado desastroso.

2. Quando se deu a Revolução de 25 de abril, no Timor Português não havia guerra e pôde dar-se início a um processo de descolonização. Mas as potências ocidentais já tinham decidido, secretamente, onze anos antes, que o destino de Timor devia ser a integração na Indonésia e o processo foi violentamente abortado.

2.1. A descolonização das administrações locais e distritais, e sua substituição por administrações livremente eleitas

Quando finalmente, em 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas pôs fim ao regime do Estado Novo era tarde de mais para organizar verdadeiros processos de autodeterminação. A Guerra colonial estava perdida, na Guiné-Bissau, desde que em março de 1973 entraram ao serviço do PAIGC mísseis antiaéreos Strella-2, de fabrico russo, que acabaram com a inexpugnável supremacia aérea das forças portuguesas. Em 24 de setembro desse ano a Guiné-Bissau declarou unilateralmente a sua independência, que alguns meses depois já era reconhecida por 82 estados da ONU. A partir daí, as forças armadas portuguesas que, na sua grande maioria, nunca foram adeptas da

solução militar, passaram a manifestar-se cada vez mais indisponíveis para continuarem uma guerra tão desumana e inútil.

Em Timor Português não tinha havido guerra colonial, reinava a paz, e, por isso, foi possível tentar organizar um processo de auto-determinação com a participação democrática das populações. O primeiro passo do processo da descolonização em Timor consistiu no estabelecimento das liberdades democráticas e na criação de associações políticas logo a seguir ao 25 de abril.

O segundo passo foi a eleição das autoridades locais e regionais, em 1975, por voto livremente expresso pelas populações. Esta foi a primeira experiência democrática moderna para os timorenses.

Uma proposta apresentada ao último governador de Timor Português, Coronel Mário Lemos Pires, em finais de dezembro de 1974, por uma autodenominada Comissão Promotora da Reorganização do Concelho de Lautém deu o mote para o início do processo.

A comissão, composta por quinze timorenses de etnia Fataluco, da zona mais oriental de Timor Português, incluía um membro da Apodeti, o delegado desta associação política no distrito de Lautém, sendo todos os outros militantes da UDT ou da Fretilin.

Depois de contactos com os representantes do governo de Timor, o Major Mota, Chefe do Gabinete de Assuntos Políticos, e o Alferes Manuel Real, que foi o principal responsável, do lado português, pelo processo eleitoral associado a esta reforma administrativa, foram estabelecidas, com a Comissão Promotora timorense, as principais regras para as eleições locais (ao nível da aldeia e do «suco» ou grupo de aldeias) e das administrações concelhias e distritais. Os três principais partidos também foram ouvidos sobre esta matéria. Todos consideraram que o povo de Timor ainda não estava preparado para eleições totalmente directas. E, por isso, o sistema aprovado incluiu eleições de representantes por voto universal e a eleição das administrações por corpos eleitorais. O distrito de Lautém foi escolhido para a primeira experiência piloto (Entrevista de Manuel Real a Fernando Lima, publicada em *O Primeiro de Janeiro*, 14 de abril de 1976), (Pires, 1981, pp. 94-97, 108-120), (Pires, 1991, pp. 84-89).

Entre os finais de fevereiro e 8 de março de 1975 tiveram lugar eleições em todas as aldeias e sucos do concelho de Lautém. Representantes dos três principais partidos foram convidados para acompanhar o processo eleitoral e verificar a independência dos órgãos

eleitorais. A Apodeti, sob influência indonésia, recusou-se a participar. Mas a UDT e a Fretilin puderam verificar que o processo foi absolutamente honesto.

Jornalistas e diplomatas ocidentais que acompanharam as eleições puderam verificar que houve uma grande participação do povo de cada uma das regiões envolvidas nesta votação secreta e universal por parte de toda a população adulta, incluindo as mulheres. Também puderam verificar que o processo teve lugar numa atmosfera de paz com liberdade de expressão e de propaganda por parte dos candidatos e que, portanto, foram eleições com legitimidade democrática.

Uma vez eleitos os candidatos locais, estes elegeram as Comissões Executivas Locais.

A nível regional, um Colégio Eleitoral, composto por todos os membros da Comissão Executiva do Concelho e pelas autoridades tradicionais, elegeria, depois, a respetiva administração concelhia.

Nos princípios de agosto de 1975, quase todas as eleições locais tinham já tido lugar na generalidade do território. E em 10 de agosto, a primeira administração regional assim eleita, do Concelho de Lau-tém, tomou posse.

Em 1 de outubro de 1975, todo o processo teria sido completado, se os serviços secretos indonésios e dos países seus apoiantes não o tivessem interrompido, ao lançar um golpe executado por líderes da UDT na noite de 10 para 11 de agosto de 1975. Mas as eleições estavam a demonstrar que a Apodeti tinha um apoio popular muito reduzido e, por isso, as autoridades indonésias e dos países anglo-saxónicos que as apoiavam e que desde 1963 tinham estabelecido um acordo secreto com vista à integração de Timor-Português na Indonésia consideraram necessário pôr fim a este processo democrático.

2.2. A descolonização do ensino

Paralelamente, desde os finais de janeiro de 1975, começou a ser analisado o sistema de ensino em vigor em Timor-Português, tendo em vista a sua descolonização. Para isso, em 20 de janeiro de 1975, o Governador Lemos Pires nomeou uma equipa designada por «Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor», GCRET, para que «defina as linhas mestras para o ensino de transição em Timor, elabore programas e prepare os quadros timorenses» (PIRES, 1991, p. 91).

O seu objetivo era definir um sistema de transição, do ensino colonial para uma educação efetivamente timorense, e estabelecer as fundações que facilitassem, posteriormente, ao povo timorense a escolha dos seus próprios modelos educativos no futuro, como se dizia no despacho do governador.

O grupo era constituído pelo Alferes Roque Félix Jesus Rodrigues, psicólogo, timorense, pelo Alferes António Barbedo de Magalhães (o autor deste texto), português, engenheiro com o grau de Doutor, professor da Universidade do Porto, Judite Barbedo de Magalhães, professora de Matemática do ensino secundário, também portuguesa, e Dulce Cruz, timorense, professora do ensino primário, todos eles nomeados para trabalhar a tempo inteiro nesta equipa.

Mais três membros, representantes das três principais associações políticas, também foram nomeados para trabalhar em tempo parcial no grupo. Eram eles António Duarte Carvarino (Mau Lear), timorense que tinha estudado na Universidade de Lisboa, da Fretilin, Manuel A. Caldeira Baptista, português, professor e inspetor do ensino primário, em representação da UDT, e João Martins, timorense, quadro dos Serviços de Educação, da Apodeti (Pires, 1981, p. 91).

Logo para iniciar o GCRET fez um inquérito a professores e alunos dos ensinos do ciclo preparatório, técnico e liceal, lançado em 31 de janeiro de 1975, poucos dias depois da nomeação do GCRET, com o título: «Pensar nos problemas da Escola é um direito e um dever». Pouco depois começou a preparar uma Semana do Ensino Primário, organizada pela UNAEPTIM, União Nacional dos Agentes do Ensino Primário de Timor, em conjunto com o GCRET, que teve lugar de 17 a 22 de março de 1975 e lançou um inquérito aos agentes do ensino primário.

Os resultados destes inquéritos e as conversas e debates que se desenvolveram na Semana do Ensino Primário foram fundamentais para definir o modelo a criar em Timor.

A equipa teve muitos encontros com professores de todos os níveis e fez visitas a diversas escolas de Díli e do interior. O interesse de todos os professores contactados e também de muitos alunos dos níveis mais elevados era enorme. O objetivo principal do sistema educativo já não era o de transformar os timorenses em bons portugueses, conscientes das grandezas do império e alheios às realidades da sua própria terra e do seu povo mas, pelo contrário, formar timorenses

conscientes da sua realidade e do meio envolvente e proporcionar-lhes os conhecimentos e as capacidades necessárias para transformar e melhorar as suas condições de vida.

Três meses depois da sua tomada de posse, esta equipa apresentou ao governador o seu projeto, com as linhas principais do sistema educativo proposto para vigorar durante um período transitório de alguns anos até à completa autodeterminação do território.

A Escola Salesiana de Fatumaca, perto de Baucau e a cerca de 100 km de Díli, onde as crianças e os adolescentes aprendiam não apenas língua portuguesa, matemática e outras disciplinas habituais nos sistemas de ensino de todo o mundo, mas também aprendiam agricultura e faziam trabalhos manuais e desenvolviam competências profissionais, era comumente considerada a melhor escola do território e, por isso foi, para muitos tomada como modelo inspirador. Quando o Padre Salesiano Eligio Locatelli ia a Díli, fazer compras ou por quaisquer outros motivos, costumava passar muitas horas no apartamento do Alferes Barbedo de Magalhães (o autor deste texto), pela noite dentro, em longas conversas sobre o projeto e sobre a sua experiência com os estudantes timorenses e a sua educação.

O projeto apresentado ao governo em 23 de abril de 1975, três meses depois da nomeação da Comissão, previa a possibilidade de saída do sistema educativo com competências técnicas e profissionais a par com o desenvolvimento das capacidades intelectuais e conhecimentos científicos necessários para prosseguir estudos e facilitar uma aprendizagem mais profunda e contínua.

Isto significava que o sistema educativo passava a ser visto, então, não como um processo de conformação de membros assimilados do império português, mas como um sistema capaz de desenvolver capacidades para os timorenses darem nova forma ao seu futuro, de acordo com a sua própria vontade.

Pouco tempo depois de, em 9 de maio de 1975, ser aprovado o projeto, foi criada uma nova comissão, chamada CERET (Comissão Executiva da Reestruturação do Ensino em Timor), com o objetivo de dar execução ao projeto entretanto aprovado. Esta comissão incluía os quatro elementos que tinham trabalhado a tempo inteiro na comissão anterior e mais quatro professores, três timorenses e um metropolitano. Entre estes incluía-se um padre timorense, o Padre Leão da Cunha, e uma freira portuguesa que ensinava na escola de formação

de professores de posto para o ensino primário (Escola de Habilitação de Professores de Posto Eng.º Canto Resende).

Um professor timorense de Trabalhos Manuais muito dinâmico, chamado Pedro Álvares Cabral, que se tinha formado numa escola salesiana no Porto, Portugal, tornou-se o responsável pela criação de oficinas e pela implementação de trabalhos manuais e educação profissional nas escolas no 2.º ciclo (5.º e 6.º anos de escolaridade).

Outra professora timorense, Olandina Caeiro Alves, foi encarregada da organização de programas educativos via rádio.

A CERET considerava que a cooperação das Nações Unidas poderia ser muito útil na implementação e desenvolvimento do novo sistema educativo e, através do governo português de Timor, enviou à UNESCO o projeto aprovado pelos três principais partidos timorenses e solicitou o seu apoio. A UNESCO enviou a Timor o seu delegado para o Sudeste Asiático, o Sr. Okajima. Embora tenha chegado a Timor alguns dias mais tarde que o previsto (aparentemente ficou retido em Jakarta onde o governo indonésio o terá convencido a não se entusiasmar com a descolonização do ensino em Timor), participou em várias reuniões nas quais todo o projeto foi apresentado e discutido. Estava prevista uma importante colaboração da UNESCO, nomeadamente em programas educativos via rádio.

Para lançar um novo sistema educativo, era necessário mudar programas, métodos pedagógicos e atitudes. Com esse objetivo, foi organizado um curso de reciclagem, programado para começar em Díli, em 11 de agosto de 1975. Outros cursos deveriam ter lugar, em seguida, nas sedes dos outros 12 distritos de Timor.

Enquanto dois membros da CERET vieram a Portugal escolher professores, psicólogos, pedagogos, agrónomos e outros especialistas para os cursos de reciclagem, e para comprar livros e materiais a ser usados na preparação de novos programas e manuais, outros membros da CERET visitaram escolas do interior de Timor, onde apresentaram o projeto e receberam comentários e sugestões. O entusiasmo dos professores, não só das escolas do estado mas também das escolas das missões, era enorme. Em Baucau, por exemplo, a reunião dos membros da CERET com os professores dessa pequena cidade e dos seus arredores teve que se fazer no anfiteatro do clube local. Embora este tivesse 300 lugares, foi pequeno para o número de professores que participaram. Houve professores que andaram a pé durante mais

de 10 horas para chegar ao local do encontro, e outras 10 horas para regressar às suas casas.

Havia nessa altura em todo o território de Timor ainda sob administração portuguesa 270 professores nas condições estabelecidas para participar no curso de reciclagem previsto para ter lugar em Díli. A CERET, sabendo do interesse que o projeto de descolonização do ensino estava a suscitar, considerava que seria excelente se 200 desses 270 professores se inscrevessem no curso. De facto, havia muitos professores que, embora só preenchessem parte das condições de admissão, insistiam tanto com os membros da equipa organizadora para os frequentarem que, no fim, eram 330 os inscritos. A vontade de tomar o futuro da sua pátria nas suas próprias mãos era enorme. Pela primeira vez tinham essa oportunidade, e desejavam aproveitá-la da melhor forma possível.

Em 4 de agosto de 1975, começaram, na Escola Salesiana de Fatumaca, cursos de reciclagem para capatazes agrícolas, carpinteiros e serralheiros. Eles iriam receber treino pedagógico para se tornarem professores das disciplinas práticas e profissionalizantes ou para integrar equipas itinerantes que deviam ajudar as escolas a lançar a prática agrícola e outros programas educativos de natureza prática.

Em 11 de agosto de 1975, um dia depois da tomada de posse da primeira administração regional eleita democraticamente, deveria começar o curso de reciclagem em Díli. Era o começo de uma descolonização efetiva de Timor Português. Os Serviços Secretos indonésios, australianos, ingleses e americanos sabiam disso. Na noite de 10 para 11 de agosto de 1975, um golpe contra a administração portuguesa foi lançado. Os líderes da UDT que o executaram ainda não sabiam que estavam a ser usados por poderes e interesses muito fortes, alheios aos seus próprios interesses. Quebradas as condições de segurança, o curso de reciclagem já não pôde começar. O processo de descolonização foi interrompido. Só 24 anos mais tarde, quando já cerca de 200.000 timorenses tinham morrido em consequência da invasão e da ocupação, é que o sonho timorense pôde, ao menos parcialmente, ser alcançado.

3. A derrota americana no Vietname, consumada em 30 de abril de 1975 com a conquista de Saigão pelas forças comunistas do Vietcong, criou um clima de medo do expansionismo soviético que refor-

çou a decisão secreta das potências ocidentais a favor da integração de Timor-Leste na Indonésia.

3.1. A interferência australiana, o Golpe da UDT e a Declaração da Independência pela Fretilin.

Foi neste quadro internacional que o Primeiro-Ministro trabalhista da Austrália foi à Indonésia convencer Suharto das vantagens de absorver o ainda chamado Timor Português.

O facto de Whitlam o ter feito nos princípios de setembro de 1974, antes da Fretilin ser criada, antes do conservador e anticomunista General Spínola ter abandonado a presidência de Portugal e da revolução portuguesa ter virado à esquerda, é um sinal de que com radicais ou moderados a liderar Timor, a invasão teria, muito provavelmente, tido sempre lugar. E se isso era o mais provável, poderemos hoje pensar que a melhor coisa que os líderes timorenses podiam fazer, se queriam tornar-se independentes, era preparar o povo para tomar o seu futuro nas próprias mãos, contra tudo e contra todos. Isso foi, exactamente, o que os líderes mais revolucionários e radicais da Fretilin, como Nicolau Lobato e Vicente Sahe fizeram.

O golpe executado pela UDT, em 11 de agosto de 1975, manobrado pelos serviços secretos indonésios e ocidentais, enfraqueceu a Administração Portuguesa (que, quinze dias depois, se retirou para a ilha de Ataúro) abrindo caminho à contra-ofensiva da Fretilin. Algumas semanas depois a UDT, derrotada, não teve outra solução senão entregar-se nas mãos do Governo Indonésio a quem pediu proteção.

Numa tentativa desesperada para alertar a Comunidade Internacional e evitar a iminente invasão, a Fretilin declarou unilateralmente a independência do território em 28 de novembro. Contrariamente às suas expectativas, a declaração unilateral da independência não teve grandes efeitos internacionais mas mobilizou o Povo Maubere para a luta nacionalista.

Perante a certeza de que a Austrália nem sequer forneceria combustíveis para a manutenção do que restava da administração e das forças portuguesas em Ataúro, e antes que a marinha indonésia as capturasse e tornasse reféns, retiraram-se do território.

3.2. Em 1974, as tendências da Revolução Portuguesa, as pressões internacionais e as práticas da ONU eram mais favoráveis à rápida transferência de poderes para frentes revolucionárias ou para estados considerados não colonialistas do que a longos processos democráticos de autodeterminação.

Temendo que Portugal continuasse a prosseguir, mais uma vez, como no passado, uma política colonial contrária à carta e às resoluções das Nações Unidas, o Presidente da Comissão de Descolonização da ONU, Salim Saline, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, pressionaram Portugal a reconhecer os movimentos de libertação como legítimos representantes dos respetivos povos, e a «iniciar negociações com os movimentos de libertação africanos para que a paz fosse restabelecida sem demora» (Mattoso, Vol. 8, 1994, p. 57).

Sob esta pressão internacional, e informado das rápidas mudanças nas colónias, onde a disciplina militar tinha sido quebrada e o exército já não estava disposto a continuar a combater, até o conservador General Spínola foi forçado a mudar de ideias.

O receio de serem considerados neocolonialistas, levou os líderes e as autoridades portuguesas da revolução a olhar com suspeição para as organizações políticas que tivessem como objetivo principal manter especiais laços de ligação com o ex-poder colonial, como era o caso da UDT.

Na entrevista que o Ministro da Coordenação interterritorial, Dr. Almeida Santos, deu ao semanário Expresso, publicada em 3 de agosto de 1974, este dizia que «... Timor, digamos que é um transatlântico imóvel, que nos custa muito dinheiro. A Indonésia não está interessada em nos substituir no suporte financeiro a Timor. Há três correntes: uma é partidária da independência total, o que é de um irrealismo atroz; outra defende uma ligação com a Indonésia, que, como já disse, parece não estar interessada; outra sustenta a manutenção de uma ligação com Portugal; e esta parece ser a solução fatal neste caso, visto não haver margem para grandes raciocínios nem capacidade de manobra. Eu, francamente, não gostaria que o saldo do nosso ex-império colonial viesse a ser apenas uma permanência na Indonésia ocupando metade da ilha de Timor. Pode, no entanto, vir a suceder...»

Esta entrevista chocou os timorenses. Não apenas os da UDT, mas todos os timorenses que, quando souberam dela se sentiram aban-

donados por Portugal. O próprio Almeida Santos reconheceria mais tarde no seu livro «Quase Memórias» (Santos, 2006, pp. 292-293) que foi extremamente infeliz.

Em 14 de outubro de 1974, o General Ali Murtopo visitou Portugal, acompanhado do Embaixador indonésio na Comunidade Europeia, Frans Seda. De acordo com um relatório indonésio do seu encontro com o Presidente Costa Gomes: «Quando o General Ali Murtopo começou a apresentar as alternativas com que Timor se confrontava, o Presidente Gomez (sic) interrompeu-o. De acordo com o Presidente Gomez, não havia três opções mas apenas duas: ou juntar-se à Indonésia ou uma independência sob proteção portuguesa. A independência total foi descrita por Gomez como “irrealista. Mesmo a manutenção de Timor junto com Portugal não estava de acordo com a política do seu Estado”» (Dunn, 2001, p. 75), (Taylor, 1994, p. 36).

Num jantar realizado em 1980, o General Vasco Gonçalves disse a Mari Alkatiri que no seu governo dominava a ideia de que a integração de Timor-Leste na Indonésia seria a melhor solução (Gomes, Adelino, Público, 2005.11.30, p. 11), (Acácio, 2006, p. 25).

Apesar disso, no próprio dia da invasão indonésia de Díli, em 7 de dezembro de 1975, Portugal cortou as relações diplomáticas que tinha com a Indonésia e apresentou uma queixa ao Conselho de Segurança da ONU. Em 22 de dezembro o Conselho de Segurança pronunciou-se finalmente e, por unanimidade, aprovou a resolução SC n.º 384, na qual este Conselho:

- «1. Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Oriental, assim como o direito inalienável do seu povo à livre determinação, de acordo com a resolução 1514 (XV) da Assembleia-Geral;
2. Pede ao Governo da Indonésia que retire, sem demora, todas as suas forças do território;
3. Pede ao Governo de Portugal que, na sua qualidade de Potência administradora, coopere plenamente com as Nações Unidas, a fim de que o povo de Timor Oriental possa exercer livremente o seu direito à livre determinação; (...)»

A Resolução n.º 384 do Conselho de Segurança, de 22 de dezembro de 1975, no seu n.º 5, também

5. «Pede ao Secretário-Geral que envie, quanto antes, um representante a Timor Oriental, a fim de que efetue uma avaliação, no próprio terreno, da situação atual e se ponha em contacto com todas as partes interessadas, no território, e com todos os Estados interessados, com vista a assegurar o cumprimento da presente resolução».

No entanto as Nações Unidas não se manifestaram incomodadas quando a Austrália inviabilizou a deslocação do enviado da ONU às zonas controladas pela FRETILIN.

Quer para Portugal quer para a maior parte dos estados esta resolução terá sido apenas um ato formal, a que não correspondeu qualquer iniciativa eficaz das próprias Nações Unidas. No entanto garantiu que Portugal continuasse a ser reconhecido internacionalmente como a Potência Administrante do Território.

4. Em 1981 uma parte da solidariedade e a própria FRETILIN conseguiram acordar uma mudança estratégica fundamental para aumentar a sua eficácia.

4.1. Inicialmente, a maior parte da solidariedade apoiava o reconhecimento da independência da RDTL declarada unilateralmente em 1975 e da Fretilin como único representante do Povo de Timor-Leste. Em 1981 a liderança da FRETILIN no exterior aceitou trabalhar numa base diferente, reconhecendo o papel ainda essencial de Portugal como Potência Administrante.

Inicialmente, no movimento pró-Timor podiam distinguir-se dois tipos de grupos com abordagens diferentes. Na primeira categoria, podiam considerar-se os grupos que aceitavam a agenda política da Fretilin e que defendiam o reconhecimento da República Democrática de Timor-Leste, RDT-L, declarada em 28 de novembro de 1975, por um lado e o reconhecimento da FRETILIN como único legítimo representante do Povo Maubere, por outro.

Numa segunda categoria de grupos de solidariedade a abordagem baseava-se muito mais nos direitos humanos, não se envolvendo no apoio específico à Fretilin. Particularmente na Austrália, estas duas abordagens foram um fator de divisão ao longo dos anos. Eram representadas, respetivamente, por duas coligações ou conjuntos de grupos centrados na CIET ou na AETA, que posteriormente se multiplicaram em grupos com outros nomes e em coligações mais vastas.

A posição do autor deste texto foi sempre, desde o início, diferente de qualquer destas duas. Por um lado, não subscrevia as teses dominantes na Fretilin e insistia que era importante que Portugal assumisse plenamente as suas responsabilidades. Por outro lado, o seu foco era colocado no trabalho político e não propriamente nas violações dos direitos humanos.

De 19 a 21 de junho de 1981 teve lugar em Lisboa uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos, dedicada à questão de Timor, na organização da qual a recém-criada Comissão para os Direitos do Povo Maubere teve um papel determinante. Foi a primeira grande conferência internacional sobre Timor-Leste realizada em Portugal. Nesta sessão organizada em resposta a um apelo do povo de Timor-Leste, dirigido por Abílio Araújo, este assumia-se não só como membro do Comité Central da Fretilin mas também como Ministro de Estado para os Assuntos Económicos e Sociais da RDTL. A sessão do tribunal de opinião destinou-se a julgar *«os crimes do colonial-expansionismo do regime fascista indonésio, do mesmo modo que os crimes contra o povo de Timor-Leste do imperialismo dos EUA; [e] reconhecer a justiça da luta do Povo Maubere, sob a liderança da Fretilin, em defesa da integridade territorial do seu país e em defesa da soberania do seu estado independente, a República Democrática de Timor-Leste, e da salvaguarda da sua identidade nacional e cultural.»*

Apesar desse discurso revolucionário, imediatamente a seguir a essa conferência internacional o autor teve uma longa conversa com Abílio Araújo a quem se manifestou disposto a dar tudo por tudo, em defesa do direito do povo de Timor-Leste à sua autodeterminação sob três condições:

A primeira era a de considerar Timor-Leste como um território não autónomo, ainda sob a responsabilidade de Portugal, enquanto Potência Administrante, com as inerentes responsabilidades e obrigações. Esta posição não tinha nada que ver com a legitimidade da declaração unilateral da independência pela Fretilin, mas tinha que ver com a realidade do facto de que só um reduzidíssimo número de 14 países tinham reconhecido a independência, e por isso era um erro político pretender trabalhar na base dessa ficção. O realismo político obrigava a esquecer a declaração unilateral da independência e a lembrar ao Governo e aos outros Órgãos de Soberania portugueses as suas responsabilidades, que estes tão facilmente esqueciam, e que desejavam

mesmo que fossem ignoradas para poder abandonar, definitivamente, Timor-Leste à sua sorte, como desejavam os seus principais parceiros políticos e comerciais.

A segunda era de não considerar qualquer partido ou frente política timorense como o único legítimo representante do povo de Timor-Leste. Essa era uma condição fundamental para fazer trabalho político em Portugal e em todos os países ocidentais que consideravam formalmente importante o respeito pelos princípios das democracias ocidentais. Eram os países ocidentais os principais responsáveis pela invasão e eram estes os países cujas posições políticas era mais fundamental alterar, para se poder chegar à autodeterminação. Por outro lado, como defensor da democracia, que sempre tinha sido, nomeadamente nos tempos da ditadura de Salazar, e como continuaria a ser até hoje, Barbedo de Magalhães considerava que a libertação de um povo não era apenas alcançar a sua independência. Vivera 31 anos em ditadura e não desejava essa sorte para nenhum povo.

A terceira condição era a de considerar Timor-Leste, em Portugal, como uma questão nacional.

Abílio Araújo tinha sido, até essa data, um ferrenho defensor das teses dominantes na liderança da Fretilin que se batiam pelo reconhecimento da RDTL autoproclamada em 28 de novembro de 1975, que exigiam que a Fretilin fosse considerada e tratada como o único legítimo representante do povo de Timor-Leste. Além disso a Fretilin continuava a manter especiais relações com pequenos partidos de extrema esquerda como o MRPP (que, a partir de dezembro de 1976 passou a chamar-se Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, ou PCTP/MRPP), que nem sequer tinha representação parlamentar.

Apesar dos referidos antecedentes, o Representante da Fretilin em Portugal acabou por aceitar as posições de Barbedo de Magalhães, para grande surpresas e até incredulidade de líderes e membros de grupos de solidariedade que durante seis anos seguidos tinham apoiado insistentemente as posições da FRETILIN e não queriam acreditar que esta mudasse, tão completamente e de um dia para o outro, a sua estratégia. Alguns meses depois, em reunião realizada em Maputo, esta nova postura foi aceite pelas restantes estruturas da Representação Exterior da FRETILIN.

Foi de acordo com essa nova estratégia que Barbedo de Magalhães iniciou, pouco depois, um importante trabalho junto de todos os partidos portugueses com representação parlamentar, que se revelaria, um ano depois, fundamental para evitar uma derrota na Assembleia Geral das Nações Unidas, prevista para 1982 e que, a acontecer, tornaria quase impossível reavivar a questão de Timor nas Nações Unidas.

Felizmente a Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto, criada depois da sessão do Tribunal Permanente dos Povos, subscrevia esta estratégia e envolveu-se ativamente na sua concretização.

4.2. A luta desenvolvida em Portugal em 1981-1982 foi fundamental para evitar que Portugal se demitisse das suas responsabilidades como Potência Administrante e deixasse cair a questão de Timor da Agenda das Nações Unidas, que estava previsto acontecer em 1982.

Em Agosto de 1981 Barbedo de Magalhães foi de férias com a família para a Bélgica e aproveitou a oportunidade para tentar estabelecer contactos com parlamentares belgas e euro-deputados. O primeiro que conseguiu contactar foi o Senador Democrata Cristão, Jean Kevers. Esse senador forneceu ao autor os nomes de vários euro-deputados. Dispondo desses nomes, Barbedo de Magalhães dirigiu-se ao Parlamento Europeu, em Bruxelas. Era tempo de férias e praticamente todos os deputados tinham partido. No entanto, alguns dos seus assessores estavam lá e um reduzido número reagiu com interesse e simpatia. Um deles foi o Sr. Kulman, o assessor de imprensa do grupo socialista, que muito simpaticamente informou Barbedo de Magalhães de que, no ano anterior a deputada Van den Heuvel, Presidente da Subcomissão dos Direitos Humanos do Parlamento Europeu, tinha apresentado, em representação do Grupo Socialista, um projeto de resolução sobre as violações dos direitos humanos em Timor-Leste, e que esta resolução tinha sido aprovada pelo parlamento europeu em 23 de maio de 1980. Eram excelentes notícias.

De posse da direção da deputada Van den Heuvel, e utilizando os mais diversos meios de transporte (comboio, autocarro e boleia) conseguiu chegar à sua casa perdida numa remota aldeia holandesa, onde foi muito bem recebido, tendo-lhe sido entregue uma cópia da referida resolução que:

«1. Proclama a necessidade urgente de uma investigação internacional sobre a situação dos presos políticos em Timor-Leste, bem como uma investigação sobre os efeitos sobre a população local da ocupação indonésia de Timor-Leste; (...)

3. Pede em particular à reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros para a cooperação política para modificarem a sua posição relativamente às resoluções da ONU sobre Timor-Leste e, ao mesmo tempo, que consultem o governo de Portugal com vista a alcançar uma solução satisfatória para a questão de Timor-Leste.»

A deputada Van den Heuvel estava extremamente desapontada com a reação portuguesa relativamente a esta resolução. Não só o Governo Português mas também os partidos, até o Partido Socialista Português, não tinham mostrado o menor interesse na mesma. De facto, a imprensa portuguesa nem sequer tinha noticiado a aprovação desta tão importante resolução.

Com uma cópia nas suas mãos, Barbedo de Magalhães passou a dispor de um bom pretexto para se dirigir ao parlamento português e aos outros órgãos de soberania e dizer-lhes que, se até o Parlamento Europeu tinha aprovado uma tal resolução, Portugal poderia, com certeza, fazer também alguma coisa pelo povo timorense.

Pouco depois do seu regresso a Portugal o autor recebeu uma carta do Sr. Alain de Brower, conselheiro do grupo do Partido Popular Europeu (Cristãos Democratas), que não estava em Bruxelas em agosto, mas a quem o autor tinha deixado um *dossier* sobre Timor-Leste com diversos documentos, entre os quais a sentença do Tribunal Permanente dos Povos. Na sua carta, datada de 4 de setembro de 1981, o Sr. Brower referia a «terrível repressão que desde dezembro de 1975 caiu sobre o povo timorense». Ele considerava que estava em boas condições de informar os parlamentares do seu grupo mas precisava da ajuda dos amigos portugueses para acompanhar a questão.

Havia no ar algo que dizia que o Governo Português se estava a preparar para abandonar as suas responsabilidades como potência administrante e deixar cair completamente a questão de Timor-Leste nas Nações Unidas.

Alguns anos mais tarde o autor veio a saber que, de facto, havia um relatório datado de 22 de janeiro de 1980, então secreto, denominado «O Problema de Timor», elaborado pelo comandante Vasco Almeida e Costa, capitão-de-fragata Vítor Crespo e o tenente-coronel José B. de Canto e Castro. Este documento tratava da concertação de posições em

relação a Timor entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução e o Governo e concluía que *«na atual situação, sem o advento de factos políticos novos, ser praticamente impossível obter de novo condições que permitam Portugal retomar o exercício efetivo das suas responsabilidades de Potência Administrante»* (Carvalho, 2007).

Afinal aquilo que se sentia no ar, tinha mesmo fundamento e era mesmo extremamente urgente fazer alguma coisa para mudar a posição do Governo e do Conselho da Revolução. Se o Governo e os restantes Órgãos de Soberania diretamente responsáveis pelo assunto, não estavam a fazer nada nem acreditavam, sequer, que valesse a pena fazer alguma coisa em defesa do direito à autodeterminação do Povo de Timor-Leste, era imprescindível conseguir que a Assembleia da República fizesse alguma coisa e pressionasse o governo a agir.

Nos princípios de setembro, o autor apresentou a sua estratégia aos líderes da Fretilin em Portugal, à CDPM e a algumas personalidades. Algumas das pessoas contactadas mostraram-se entusiasmadas com a estratégia. Outras, nem por isso, mas a opinião global, apesar das reservas, foi favorável.

Uma das personalidades contactada foi Manuel Tilman, o único timorense na Assembleia da República. Era deputado independente pela ASDI (Associação Social Democrática Independente), e reagiu com muito entusiasmo à ideia de mobilizar o parlamento. Ele próprio se comprometeu a fazê-lo.

Uma das primeiras coisas que o deputado Tilman fez, foi entregar ao Presidente da República, General Ramalho Eanes, uma cópia do dossier preparado por Barbedo de Magalhães com notícias e documentos dos seus contactos na Bélgica e na Holanda.

Na sequência destes contactos, desde finais de setembro de 1981 Barbedo de Magalhães, embora residente no Porto, passou a ir frequentemente a Lisboa, levando consigo cópias da resolução do Parlamento Europeu, proposta pelo Grupo Socialista desse parlamento, e a carta do conselheiro do Grupo Cristão Democrata. A ideia, compartilhada pela CDPM-Porto, era tentar convencer deputados de todos os grupos parlamentares portugueses de que podiam e deviam fazer alguma coisa para pôr de pé a questão de Timor-Leste e organizar sessões públicas onde esses deputados tivessem oportunidade de mostrar o seu empenhamento e, na prática, confrontá-los com a opinião pública se continuassem a não fazer nada nesta matéria.

O autor começou os seus contactos pelos partidos de direita, a começar pelos cristãos democratas do CDS (democratas cristãos). Manuel Porto foi o primeiro deputado com quem falou. Seguiram-se, depois, Anacoreta Correia e Adriano Moreira, também do CDS.

Do PSD (sociais democratas que, mais tarde, viriam a integrar o grupo popular europeu de centro-direita) contactou, por diversas vezes, com Natália Correia e Helena Roseta.

Barrilaro Ruas foi um dos deputados do PPM (monárquicos) com quem falou.

Foram muito frequentes e profícuos os seus contactos com o deputado Manuel Tilman, da ASDI (Associação Social-Democrata Independente), mas também falou com o deputado Manuel Magalhães da Mota, do mesmo partido.

Do Grupo Parlamentar do PS (socialistas) o autor conversou com diversos deputados, nomeadamente com Carlos Candal, António Guterres e Jaime Gama, e mais tarde, com Arons de Carvalho e outros.

José Manuel Mendes foi um dos deputados do PCP (comunistas) com quem teve várias conversas, tendo também falado com o deputado Silva Graça e, mais tarde, com outros.

Da UEDS (União da Esquerda para a Democracia Socialista) falou com a deputada Teresa Santa Clara Gomes e com o deputado António Lopes Cardoso.

Do MDP/CDE (Movimento Democrático Português) falou, nomeadamente, com o Dr. Mário Taborda, no Porto, onde este deputado trabalhava.

Da UDP (União Democrática Popular) contactou o único deputado que este partido tinha na Assembleia da República, o Major Mário Tomé.

Com o deputado Manuel Tilman, a estratégia foi discutida com grande detalhe. Ele próprio mostrou ao autor os rascunhos de alguns dos seus discursos, antes de os apresentar ao parlamento, nomeadamente do que proferiu em 3 de dezembro de 1981. Nesse discurso, o Dr. Tilman propunha a criação pelo governo e pela presidência de um grupo de trabalho para criar as condições para o povo timorense poder exercer efetivamente o seu direito à autodeterminação, no respeito pela Carta e pelas resoluções das Nações Unidas. A sua declaração política recebeu um aplauso generalizado de todos os sectores do parlamento. De facto, seria o primeiro passo para a criação, no ano

seguinte, de uma Comissão Eventual da Assembleia da República para acompanhar a questão de Timor-Leste.

Entretanto, a televisão portuguesa (RTP) apresentou, em 7 de outubro de 1981, a sua primeira «Grande Reportagem» sobre Timor-Leste. A principal mensagem que passava para os telespectadores era de que tinha havido muitos mortos na guerra civil entre partidos timorenses e nos primeiros anos a seguir à invasão, mas que o território estava agora (isto é, em 1981) quase completamente em paz e o exército indonésio estava a ajudar o povo timorense a desenvolver-se. O que tinha acontecido, de acordo com o programa, era em grande medida culpa de alguns portugueses que tinham governado o país depois da Revolução de Abril, e que tinham, de alguma maneira, promovido as condições que tornaram a invasão quase inevitável. A maior parte dos acusados eram membros do Partido Socialista ou figuras próximas do Partido Comunista Português.

Os partidos de centro-direita, CDS e PPD/PSD, que estavam no governo não teriam tido, segundo essa Grande Reportagem, quaisquer responsabilidades nos tristes acontecimentos de Timor, porque não estavam no Governo nessa altura.

Este programa televisivo foi visto pelo autor como uma preparação da opinião pública portuguesa para aceitar o ‘facto consumado’ da integração de Timor-Leste na Indonésia. E mostrava quão urgente era fazer alguma coisa para forçar o governo a fazer trabalho diplomático que evitasse a derrota prevista para a sessão seguinte da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Outras afirmações de líderes políticos portugueses confirmavam os nossos receios e a urgência de fazer alguma coisa.

De facto, em 29 de janeiro, o *Jornal de Notícias*, um dos jornais portugueses mais lidos nessa altura, publicou um longo artigo tendo como título de primeira página: «*Timor-Leste: Governo (impotente) endossa o problema a Eanes*», isto é, para o Presidente da República. Nele, o jornalista escreveu que: «*O Governo considera ter esgotado todas as possibilidades de actuação. Ao que parece entendeu transferir a “batata quente” para as mãos do Presidente da República*» (*Jornal de Notícias*, 1982.01.29, p.1)

A continuação da notícia na página 2 do jornal tinha um segundo título: «*Depois de ter feito “tudo o que podia”... Governo “endossa” Timor-Leste para o Presidente da República e CR [o Conselho da Revolução] vai dar luz verde para Eanes agir*».

No interior da notícia estava escrito: «(...) o Governo diz ter esgotado todas as suas possibilidades de resolução do caso de Timor».

Mais adiante o jornalista escreveu:

«Quando este problema surgiu com maior premência, Ramalho Eanes mostrou-se disposto a encetar um conjunto de ações a nível internacional que pudessem ajudar. Nessa altura, tais atitudes não terão sido vistas com bons olhos pelo Executivo, que reclamava para si a condução da política externa portuguesa e temia incursões na sua esfera de competências. Política externa vem sendo, de resto, domínio em que surgem frequentes fricções entre Belém e S. Bento. Mas se é um facto que o presidente Eanes goza de prestígio e influência em certos meios internacionais, parece lamentável que esse “capital” não seja aproveitado para ajudar a solução de questões com que o país se debate. A viagem a África pode ser, a este respeito, um exemplo positivo» (*Jornal de Notícias*, 1982.01.29, p. 2).

Noutro ponto está escrito:

«Neste momento, não se sabe muito bem o que fez ou não fez, desconhece-se se realizou “tudo o que era possível”, mas o facto é que confessa não poder fazer mais. Daí, ter lembrado que a Constituição dá também competência ao Presidente da República para “praticar todos os atos necessários” à “promoção e garantia do direito à independência de Timor-Leste”, uma vez que “Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem” nessa matéria (artigo 307). Mais diz expressamente que o presidente da República deve ser “assistido pelo Conselho da Revolução”» (*Jornal de Notícias*, 1982.01.29, p. 2).

Juntando estas duas mensagens, a da Grande Reportagem e a do *Jornal de Notícias*, podia ler-se, subjacente, uma avaliação e uma decisão política: em 1982, na Assembleia-Geral da ONU, os defensores do direito à autodeterminação perderão. Não será culpa do governo, porque o governo endossou o problema ao Presidente da República. Também não será responsabilidade dos partidos então no governo, PSD e CDS, porque eles também não estavam no governo em 1974/1975, durante o período da descolonização. Por isso, a responsabilidade pelo destino dos timorenses pertencia aos partidos que em 1981/1982 estavam na oposição, os Partidos Socialista e Comunista, que tinham estado no governo em 1974/1975, como a Grande Reportagem já tinha acusado.

Em 5 de abril de 1982, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Leonardo Matias, admitiu, numa entrevista à Rádio

Renascença e ao *Diário de Notícias*, a hipótese sugerida por Franco Nogueira, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar. Franco Nogueira considerava que Portugal tinha que aceitar a integração como um «*facto consumado*», sob a única condição de ser mantida, em Timor, a cultura portuguesa. O simples facto desta hipótese ser considerada irritou os movimentos de solidariedade e até a corajosa e muito incisiva deputada do PSD (o partido do então Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão), Natália Correia, com quem Barbedo de Magalhães falou nos dias seguintes à sua intervenção no parlamento (em 6 de abril de 1982).

Em junho de 1982, o jornalista português sediado em Nova Iorque, que por acaso era filho do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, enviou dos Estados Unidos uma reportagem publicada em *O Jornal*, segundo a qual Portugal não poderia fazer nada em relação a Timor. Muitos se perguntaram se o que foi publicado em *O Jornal* era uma notícia do jornalista ou uma mensagem do Ministro, seu pai, com o objetivo de preparar a opinião pública portuguesa para a derrota prevista para a reunião da Assembleia Geral da ONU, que teria lugar no outono seguinte e face à qual o governo não estava a fazer nada para a impedir.

Entretanto os contactos com deputados e outras personalidades, iniciados em setembro de 1981, continuaram. Nas suas conversas com o deputado Manuel Tilman, várias hipóteses foram discutidas, tais como a da criação de uma subcomissão de Timor na Comissão dos Negócios Estrangeiros do parlamento. Mas um dia, o deputado Manuel Tilman descobriu que, de acordo com o regulamento da Assembleia da República, era possível criar comissões *ad hoc*. Pediu a opinião de Barbedo de Magalhães sobre a ideia de criar no parlamento português uma comissão *ad hoc* para acompanhar a questão de Timor. O autor reagiu com grande entusiasmo a esta ideia do seu amigo deputado timorense. Seria uma comissão para durar o tempo necessário até o problema se resolver. Teria uma identidade própria e apenas um assunto a tratar e, deste modo, o problema de Timor não se perderia no meio de muitos outros problemas, como poderia facilmente acontecer se se criasse uma subcomissão no seio da Comissão dos Negócios Estrangeiros ou qualquer outra.

Em 26 de março de 1982, por iniciativa do deputado Manuel Tilman, foi introduzido um requerimento para a criação de uma «*Comis-*

são Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste», com vista ao cumprimento do artigo 307.º da Constituição Portuguesa (Independência de Timor-Leste) e para implementar a última resolução da Assembleia Geral da ONU. Antes de apresentar a sua proposta, e para ter mais garantias de que seria aprovada, o deputado Manuel Tilman teve o cuidado de a fazer circular e obter o apoio de deputados de todos os grupos representados na Assembleia da República. Este requerimento foi admitido (Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 68, 1982.03.27, p. 2963).

Em 2 de abril a Conferência dos Grupos Parlamentares pronunciou-se favoravelmente sobre a proposta e, em Reunião Plenária realizada em 15 de abril de 1982, foi aprovado, por unanimidade, um aditamento ao projecto de resolução apresentado pela ASDI (pelo deputado Manuel Tilman) que estabelecia o número de deputados de cada grupo parlamentar que devia integrar a referida comissão. A proposta foi aprovada por unanimidade (Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 74, 1982.04.16, pp. 3097-3098).

Entretanto, nos seus contactos com parlamentares dos diversos partidos, Carlos Candal (PS) reagiu muito positivamente à ideia de se organizarem sessões públicas sobre Timor. Mas Natália Correia (PSD), que também reagiu positivamente, sugeriu, em alternativa, que fosse organizada uma mesa redonda com deputados de vários partidos. Esta última sugestão foi muito bem recebida por Barbedo de Magalhães e pelo grupo de solidariedade do Porto que começaram imediatamente a trabalhar na preparação daquele que seria o primeiro debate público sobre Timor de deputados de todos os partidos com assento na Assembleia da República.

O debate foi marcado para o dia 8 de maio de 1982. A data foi escolhida tendo em conta a visita que o Papa faria a Portugal pouco depois, numa altura em que haveria já muitos jornalistas estrangeiros em Portugal.

A princípio, a preparação da sessão correu bastante bem. A organização foi bem acolhida praticamente em todos os meios. Mas quando o dia se aproximava, as dificuldades começaram a surgir.

O *Jornal de Notícias* (JN) tinha prometido apoiar o evento e até já publicara um artigo sobre a iniciativa cerca de um mês antes. Já tinha decidido, também, oferecer gratuitamente o seu auditório para a sessão. Mas apenas alguns dias antes da data prevista para o debate,

a direção do jornal recusou ceder o seu auditório, com um falso argumento de que estaria ou iria entrar em obras. Os organizadores tiveram que encontrar muito rapidamente uma alternativa, o que só conseguiram quase em cima do acontecimento graças à cooperação extremamente simpática dos diretores da Escola Superior de Belas Artes do Porto, o Escultor José Grade e o Arquiteto Alves Costa.

O Jornal de Notícias fez uma cobertura do acontecimento muito fraca. *O Comércio do Porto*, que tinha começado por anunciar a iniciativa e até tinha publicado, na íntegra, o depoimento que Barbedo de Magalhães tinha, algum tempo antes, apresentado ao Senado Australiano, acabou por nem sequer publicar qualquer notícia sobre a *Mesa Redonda*. O jornalista do semanário *Expresso*, que tinha responsabilidades editoriais na matéria e que tinha prometido prestar atenção ao assunto e fazer uma boa cobertura do evento, não fez nada. Acontece que o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão era o principal proprietário deste importantíssimo semanário. O jornalista de *O Jornal*, que tinha aceite o convite para participar no debate, nem sequer apareceu na sessão. O diretor da agência noticiosa portuguesa ANOP não respondeu ao convite que lhe foi dirigido para participar. Tudo indicava que teria havido fortes pressões do Governo para impedir que a sessão fosse publicitada. Felizmente, a deputada do principal partido da coligação no poder, Natália Correia, era uma mulher com uma fortíssima personalidade, que nem o Primeiro-Ministro podia calar.

De facto, a intenção desta mesa redonda era completar o cerco ao Governo, para o forçar a fazer alguma coisa que impedisse a derrota nas Nações Unidas. O resultado do trabalho entretanto realizado começava a ver-se. Entre setembro de 1981 e abril de 1982, já várias coisas tinham mudado:

- A Assembleia da República tinha aplaudido o Plano de Acção apresentado pelo deputado Manuel Tilman em 3 de dezembro de 1981;
- Na sequência disso, o parlamento tinha decidido criar uma Comissão Eventual para tratar especificamente a questão de Timor-Leste. Os membros dessa comissão ainda não tinham tomado posse, mas a decisão mais importante já tinha sido tomada;
- O Presidente Ramalho Eanes tinha convidado a prestigiada e dinâmica Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, que entretanto tinha assumido funções como assessora do Presidente,

para tratar do dossier de Timor, e esta estava a fazê-lo com grande empenho e eficiência;

- A imprensa tinha já mostrado alguma abertura e interesse em publicar notícias sobre Timor-Leste.

Em 8 de maio de 1982, teve lugar, finalmente, a mesa redonda. A organização foi da CDPM-Porto, e o seu título era: «*Timor-Leste, uma responsabilidade a assumir*». Todos os nove partidos com assento na Assembleia da República tiveram na sessão um deputado: Natália Correia (PSD), Carlos Candal (PS), Azevedo Coutinho (CDS), Ilda Figueiredo (PCP), Manuel Tilman (ASDI), Rui Marques (UEDS), Barrilero Ruas (PPM), António Taborda (MDP-CDE) e Major Mário Tomé (UDP). A maior parte dos jornalistas convidados também participou. Eram eles: José da Silva (RTP-Porto), Diana Andringa (RTP 2), Eduardo Mascarenhas (R.R. – Lisboa), Jill Jolliffe (Correspondente Estrangeira) e Luís Humberto (*Diário de Lisboa*). O jornalista do *Jornal de Notícias*, que tinha sido convidado para integrar o painel de jornalistas para o debate com os parlamentares, José Saraiva, chegou demasiado tarde para participar. Os moderadores do debate foram Adelino Gomes, um excelente jornalista que tinha estado em Timor em outubro de 1975 (RDP-R. Comercial), e Barbedo de Magalhães (CDPM-Porto), que presidiu à sessão.

Com cerca de 250 pessoas a encherem completamente o auditório da Escola Superior de Belas Artes do Porto, a sessão foi um grande sucesso. A cobertura da imprensa foi relativamente fraca, mas muito pouco tempo depois a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor deu início aos seus trabalhos.

Em 8 de junho de 1982, exatamente um mês depois da mesa redonda, esta comissão aprovou e divulgou o seu programa e a sua composição. O programa incluía a visita do Presidente da comissão, deputado Manuel Tilman (ASDI), e de dois secretários da mesma, deputados Lemos Damião (PSD) e Arons de Carvalho (PS), à Austrália, para contactar com refugiados timorenses e outras pessoas, e a Nova Iorque, para participar numa reunião da Quarta Comissão das Nações Unidas e para visitar o Comité dos Vinte e Quatro (Descolonização) da ONU.

Dos seus contactos com refugiados timorenses na Austrália, feitos entre 24 de agosto e 1 de setembro de 1982, esta representação da

Comissão Eventual ficou com uma reforçada convicção de que estava a ter lugar um autêntico genocídio em Timor-Leste, que passou a denunciar publicamente de forma muito enérgica.

Nas visitas que a missão da Comissão Eventual do parlamento português fez em Nova Iorque às delegações de muitos países nas Nações Unidas recebeu, reiteradamente, o comentário de que do Governo Indonésio recebiam relatórios a afirmar que as autoridades indonésias estavam a construir estradas, escolas, hospitais, etc. e a desenvolver o país e, em contrapartida, de Portugal nunca tinham recebido qualquer relatório ou informações sobre a situação no território.

Quando esta Comissão do Parlamento, pluripartidária e independente, tomou conhecimento desta realidade, e a transmitiu à Assembleia da República através do seu relatório de 16 de setembro, o Governo Português deixou de poder continuar a dizer que tinha feito tudo o que estava ao seu alcance relativamente a Timor-Leste. Tornara-se absolutamente claro que o governo não tinha feito nada e que as acusações de culpa e cumplicidade que a Grande Reportagem tinha feito aos líderes da oposição também se podiam fazer ao governo no poder e aos líderes dos partidos que o integravam.

A propósito deste período crucial, e correspondendo a um pedido de informação complementar feito pelo autor, o General Ramalho Eanes escreveu, em 23 de abril de 2007, uma carta em que esclarece que encontrou grande receptividade para o assunto no VI Governo Constitucional, liderado por Francisco Sá Carneiro, que governou de 3 de janeiro de 1980 até ao seu falecimento, num “acidente aéreo” com muitos indícios de ter sido um atentado, em 4 de dezembro de 1980. Descreve, no entanto muitas e grandes dificuldades que encontrou noutras pessoas e instituições.

Entretanto, muitas outras iniciativas tinham já tido lugar para reforçar a ação da Comissão Parlamentar.

Muitos meios de comunicação social nacional e estrangeira fizeram referência à carta que quatro católicos que tinham vivido em Timor (Deolinda Paiva, Carlos Paiva, Teresa Alvim e A. Barbedo de Magalhães), entretanto dirigiram ao Papa, aquando da sua visita a Portugal, em maio de 1982.

A CDPM-Lisboa organizou a «*Campanha de Outono*», que levou milhares de portugueses a escrever postais ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Conferência Episco-

pal, instando-os a assumir as suas responsabilidades relativamente a Timor-Leste. Essa campanha incluiu também ações de rua e outras iniciativas públicas. Em 27 de setembro de 1982, imediatamente antes da partida do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão para Nova Iorque, a CDPM-Porto organizou uma segunda mesa redonda com deputados da Comissão Eventual e jornalistas.

Com todas estas pressões, o governo acabou por ter que fazer alguma coisa para evitar uma derrota na ONU. Algumas semanas antes da votação, o Governo Português enviou delegações a dezenas de países com o objetivo de tentar conseguir votos suficientes para evitar a derrocada. O próprio Primeiro-Ministro foi às Nações Unidas e fez um importante discurso à Assembleia-Geral em 1 de outubro de 1982. Neste ano, e ao contrário do que acontecera nos cinco anos anteriores, Portugal foi um dos proponentes do texto que foi apresentado para votação. Com uma forte ajuda da diplomacia timorense e das delegações dos países de língua portuguesa, a resolução foi aprovada por 4 votos de diferença.

Graças a isso, a questão de Timor-Leste manteve-se em aberto nas Nações Unidas e Portugal continuou a ser considerado como a Potência Administrante do território.

A Resolução de 1982 foi a última resolução da Assembleia-Geral até 1999, porque depois desta tão inesperada derrota dos apoiantes da integração, a Indonésia e os seus aliados acharam por bem ir aceitando sucessivos adiamentos, que também convinham aos timorenses e a Portugal, porque o risco de uma derrota também existia deste lado. Foi no contexto da Resolução de 1982 que em 1999, 17 anos mais tarde, foi alcançado um acordo entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. Foi o acordo de 5 de maio de 1999 que abriu a porta, finalmente, a uma consulta do povo de Timor-Leste, isto é, à sua autodeterminação.

Porto, 8 de junho de 2015